

Alexandre nega pedido para eximir X Brasil de cumprir decisões

09/04/2024

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, rejeitou nesta terça-feira (9/4) um pedido para que decisões judiciais contra o X, antigo Twitter, sejam encaminhadas às sedes da empresa nos Estados Unidos e Irlanda.

A decisão foi tomada pouco depois de a empresa enviar manifestação ao ministro afirmando que a representação do X no Brasil não tem controle sobre o cumprimento de decisões judiciais e capacidade de interferir na administração internacional da plataforma.

Segundo a defesa do X, as representações nos Estados Unidos e na Irlanda seriam as responsáveis por acatar eventuais decisões judiciais. Para Alexandre, no entanto, trata-se de um argumento cínico.

“A alegação, em primeiro lugar, revela certo cinismo, já que, conforme consta no contrato social a que se fez referência, uma das chamadas operadoras internacionais do X, nada mais é do que a principal sócia da empresa brasileira, detendo a absoluta maioria do capital social”, disse o ministro do Supremo.

Ainda segundo o ministro, o próprio Contrato social da X Brasil mostra que a empresa tem “inequívoca responsabilidade civil e penal”. Com isso, as consequências de eventual obstrução da Justiça, ou de desobediência à ordem judicial, “serão suportadas pelos administradores” da sociedade empresarial.

“Em última análise, a empresa requerente busca uma verdadeira cláusula de imunidade jurisdicional para a qual não há qualquer previsão na ordem jurídica nacional. Pelo contrário: o fato de que uma das chamadas operadoras internacionais compõe o seu quadro social sugere um abuso da personalidade jurídica, pois poderia optar por não atender às determinações da Justiça Brasileira sem sofrer qualquer consequência”, prossegue Alexandre.

Por fim, o ministro disse que o pedido para que as decisões sejam enviadas às sedes do X nos EUA e Irlanda beira a litigância de má-fé.

Segundo Alexandre, a rede social se submeteu a diversas determinações judiciais, além de ter participado de reuniões no STF e no Tribunal Superior Eleitoral, sem nunca antes argumentar incapacidade operacional para cumprir ordens da Justiça.

Entenda

O pedido da defesa do X foi feito depois que Alexandre **incluiu** o dono da plataforma, o bilionário Elon Musk, no inquérito das milícias digitais e mandou a empresa se manifestar.

Musk **vazou trocas de e-mails internos do X**. O material está sendo usado para sustentar que o ministro e o TSE estariam censurando *big techs* e espionando indiscriminadamente usuários para interferir nas eleições de 2022.

O próprio Elon Musk usou a plataforma para afirmar que Alexandre deveria renunciar e que não cumpriria decisões do ministro. Também disse que desbloquearia perfis suspensos por ordem do TSE.

Não foi a primeira vez que o bilionário tentou imputar a Alexandre e ao TSE a prática de censura contra redes sociais, nem que vaza informações a jornalistas para instrumentalizar a rede e impulsionar usuários de extrema-direita para que ataquem o sistema eleitoral.

Carlos Moura/SCO/STF



Alexandre disse que argumentos da empresa beiram a litigância de má-fé



Em 2022, por exemplo, ele vazou dados que demonstrariam que políticas de moderação do Twitter nos Estados Unidos tinham um viés favorável ao Partido Democrata, do atual presidente Joe Biden.

E-mails vazados

Grande parte dos e-mails vazados, que comprovariam a suposta existência de uma “política de censura” no Brasil, sequer envolve o TSE, Alexandre ou as eleições. As mensagens são atribuídas a diretores e consultores do Twitter.

Há mensagens, por exemplo, dando conta de pedidos de informações do Ministério Público sobre casos envolvendo notícias falsas sobre a Covid-19, retirada do ar de conteúdos com falsas acusações de pedofilia e pedidos do Senado durante a CPI que apurou a atuação do governo de Jair Bolsonaro (PL) na pandemia.

Entre os trechos que citam Alexandre e o TSE, há e-mails narrando que a corte estava exigindo dados de usuários que impulsionaram hashtags pedindo a prisão de Luís Roberto Barroso, ex-presidente do tribunal e atual presidente do Supremo, e colocando em dúvida a higidez do processo eleitoral brasileiro.

Outros e-mails relatam ordens do TSE para que fossem bloqueadas as contas da deputada bolsonarista Carla Zambelli, por declarações contra o processo eleitoral, e do pastor André Valadão. Tanto a decisão contra Zambelli quanto a contra Valadão foram amplamente divulgadas pela imprensa em 2022.

Os vazamentos foram publicados no próprio Twitter pelo jornalista e ambientalista Michael Shellenberger. Como o material em si parece irrelevante, toda a falsa polêmica em torno da atuação de Alexandre e do TSE passou a se dar com as declarações e ameaças de Musk no X.

A divulgação ocorre pouco depois de o TSE aprovar resoluções que obrigam a adoção pelas plataformas digitais de uma série de medidas para diminuir a circulação de notícias falsas ou gravemente descontextualizadas durante as eleições.

Clique [aqui](#) para ler a decisão de Alexandre

Inq 4.874

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2024-abr-09/alexandre-nega-pedido-para-eximir-x-brasil-de-cumprir-decisoes/>